

Revista

**FEBASE**

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Hóracio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III  
N.º 20  
1,50 €  
Fevereiro de 2012

Diretor: Delmiro Carreira



## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Hóracio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Pastor Oliveira – SBSI  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Rui Santos

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 80.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
Banca ainda sem decisão sobre pagamento dos 13.º e 14.º meses **4**

Santander faz interpretação abusiva do 3.º Acordo Tripartido **5**

Grande concentração de trabalhadores e reformados do Grupo CGD **6**

Venda do BPN ao BIC **9**

**SINDICAL** | Atualidade  
Febase não tolerará pressões no Barclays **10**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros  
Os outros iludem...  
- nós agimos! **11**

Principais novidades do CCT **12**



**DOSSIÊ** | Acordo de concertação social  
O que muda no setor financeiro **14**

Banco de horas **16**

Negociação coletiva **16**

Trabalho suplementar **17**

Feriados, "pontes" e faltas **18**

Férias **18**

Subsídio de desemprego **19**



**21**  
| **STAS Actividade Seguradora**



**23**  
| **Bancários Sul e Ilhas**



**26**  
| **Bancários Norte**



**29**  
| **Bancários Centro**



Texto: **HORÁCIO OLIVEIRA**

Tem de haver mudança de políticas  
e a coragem de pôr na gaveta  
velhas receitas neoliberais,  
já esgotadas

A não existência de Acordo  
de Concertação Social é que seria  
o princípio da desregulamentação  
total das relações laborais e o fim  
da negociação coletiva  
– um dos pilares da Liberdade

## Nem só de "troikadas" vive o Homem

O chamado Acordo de Concertação Social está aí. Em junho passado e sobre a necessidade dos parceiros sociais se entenderem, escrevi: este acordo é, em nosso entender, da maior urgência. Mas não pode ser "mais do mesmo". Tem de haver mudança de políticas e a coragem de pôr na gaveta velhas receitas neoliberais, já esgotadas. Tentar reconstruir com ideias desmoronadas é o mesmo que dizer aos inquilinos que, no próximo abalo, terão que mudar de casa. Não me enganei... Em parte.

A mudança de políticas parece evidente nos últimos tempos. À custa dos portugueses que não podem fugir às medidas governamentais ou escamotear os seus rendimentos ou a sua fonte. Porém, as receitas são as mesmas e, por este andar, em nada ou pouco irão mudar.

É certo que este canto da Europa não pode mudar o "mundo moderno". É mais provável que se verifique o contrário.

Que fazer, então, quando confrontados com um Memorando, com a troika, que mereceu o apoio dos partidos políticos que "detêm" cerca de 90% dos nossos representantes na Assembleia da República? E a confiança popular ocorreu após o "entendimento" político-financeiro; e todos os partidos o conheciam, ao mais ínfimo pormenor. E os portugueses continuaram a confiar nos partidos concordantes.

Alguns dizem: fomos todos enganados. Outros, mais comodamente, atribuem as culpas a "fulano, sicrano e beltrano". Paremos um pouco e, apesar de nos estarem a comer a carne até ao osso (esperemos que estes não sejam deitados aos cães), pensemos, sem lucubrações fantasiosas, se estaríamos melhor sem a "troikada". A grande maioria dos analistas de política, de economia e de finanças, nacionais e estrangeiros, têm sido claros a afirmar que não.

Que fazer, então? Acomodarmo-nos? *Jamais!* Abandonar o barco e deixá-lo à sua sorte? *Never!* Deixar que os "pensadores" impositores de olhos azuis ou de outros olhos sejam os únicos a pensar? *Nie!*

Vamos lutar, colegas. Democráticamente, com as armas que nos permite o sistema. Unamo-nos, em vez de andarmos em picardias estereis. Não permitamos que aqueles que têm como único objetivo a destruição, para acederem ao poder, possam ter alguma credibilidade.

Estejam atentos ao "dossiê" desta revista e, sem dogmas, vejam como é possível, com os condicionais conhecidos, chegar a entendimento. Foi difícil? Claro que foi! Mas valeu a pena. A não existência de Acordo de Concertação Social é que seria o princípio da desregulamentação total das relações laborais e o fim da negociação coletiva – um dos pilares da Liberdade. ■



## Aos reformados inscritos na Segurança Social

## Banca ainda sem decisão sobre pagamento dos 13.º e 14.º meses

A banca está ainda a analisar o pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados inscritos no regime geral da Segurança Social. A Febase solicitou já uma reunião à APB para debater esta matéria, reafirmando o princípio de que estes bancários têm direito a receber aquelas retribuições

Texto: **INÉS F. NETO**

A Febase solicitou uma reunião à Associação Portuguesa de Bancos (APB) no dia 3 de janeiro – pedido posteriormente reafirmado – para discutir as implicações do Orçamento do Estado para 2012 (OE 2012) na banca, nomeadamente no que se refere ao pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados que auferem estas prestações através da Segurança Social.

Na sua resposta, a APB adianta que o assunto está ainda em análise, razão por que considera prematura uma reunião, comprometendo-se a realizá-la logo que haja uma decisão por parte da banca.

Para a Febase, os reformados, independentemente de estarem ou não inscritos no regime geral da Segurança Social, têm direito aos 13.º e 14.º meses, como decorre das convenções coletivas de trabalho do setor – e recorrerá a todos os meios ao seu alcance para que assim seja.

No caso dos reformados do ex-BNU e do ex-Banco de Angola, a Febase decidiu incumbir os serviços jurídicos dos seus Sindicatos de prepararem ações judiciais, que darão entrada nos tribunais após a data em que vence o 14.º mês se até esse momento a situação não tiver sido resolvida pela via negocial.

**BdP também à espera**

O Banco de Portugal (BdP) também ainda não tomou qualquer decisão sobre o pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados da instituição, estando a aguardar um parecer técnico sobre a



**Para a Febase, os reformados, independentemente de estarem ou não inscritos no regime geral da Segurança Social, têm direito aos 13.º e 14.º meses, como decorre das convenções coletivas de trabalho do setor**

matéria, comunicou a administração à Febase.

A Febase reuniu-se no dia 20 de janeiro com a administração do Banco de Portugal para analisar a situação decorrente das medidas impostas pelo Orçamento do Estado para 2012 no que se refere ao pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados da instituição.

No encontro, a administração do banco comunicou que não está ainda tomada qualquer decisão, na medida em que subsistem dúvidas sobre se as medidas do OE 2012 se aplicam aos reformados.

Socorrendo-se de argumentação jurídica, a administração suporta as suas dúvidas na leitura que faz da norma do OE 2012. Assim, solicitou um parecer técnico aos juristas do banco, incluindo nesse grupo trabalhadores já na situação de reforma.

A administração do BdP aguarda agora as conclusões desse parecer, que a habilitará a tomar uma decisão, pelo que não pretende, para já, comprometer-se com qualquer posição.

**Febase não aceita discriminação**

Por seu lado, a Febase deixou muito claro que os reformados do banco fazem parte da instituição, não entendendo, por isso, a razão da discriminação havida.

A Federação assenta a sua posição na cláusula 2.ª dos IRCT em vigor no banco, que refere explicitamente a sua aplicação também aos reformados e pensionistas.

A Febase sublinhou que esta sua interpretação tem presente o comunicado da administração do BdP, que justifica o pagamento aos trabalhadores – já concretizado (e bem) – com o respeito integral pelas convenções coletivas de trabalho a que o banco está obrigado.

A Federação venceu que, caso o diferendo não venha a ser resolvido a contento dos reformados, não hesitará em recorrer aos tribunais, de forma a que estes sejam ressarcidos dos prejuízos de que estão a ser vítimas. ■

## Pagamento do 14.º mês a reformados e pensionistas

## Santander faz interpretação abusiva do 3.º Acordo Tripartido



O Santander Totta está a utilizar abusivamente o 3.º Acordo Tripartido sobre Segurança Social do Setor Bancário para justificar o adiamento, de janeiro para abril, do pagamento do 14.º mês aos reformados e pensionistas. Os Sindicatos da Febase repudiam este lesivo ato de gestão

Texto: **INÉS F. NETO**

Os Sindicatos da Febase foram surpreendidos pelo conteúdo de uma carta enviada pela direção de coordenação de Recursos Humanos do Santander Totta aos reformados e pensionistas do banco, anunciando o adiamento para abril do pagamento do 14.º mês, que tradicionalmente ocorre em janeiro.

Na carta enviada aos reformados pode ler-se: "Para além das alterações substantivas introduzidas pelos citados normativos [3.º Acordo Tripartido e

Decreto-Lei], foram também fixadas as datas e procedimentos dos pagamentos das pensões dos reformados e pensionistas por eles abrangidos."

Ora, sublinham os Sindicatos da Febase, quer no 3.º Acordo Tripartido quer no Decreto-Lei, em nenhuma parte dos respetivos textos é feita referência a datas de pagamento.

No n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei (DL n.º 127, de 31-12-2011) lê-se: "(...) ao valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data

de 31-12-2011 nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e 14.º mês."

Deste artigo decorre que os bancos estão obrigados a pagar, o mais tardar, nas datas previstas nos referidos IRCT. Ou seja, não existe em nenhum dos documentos qualquer impedimento a que o Santander, bem como as restantes instituições abrangidas pelo Acordo, proceda ao pagamento do 14.º mês em janeiro.

Trata-se, para a Febase, de uma interpretação abusiva por parte do Santander, que tenta justificar o seu ato de gestão aludindo ao Acordo Tripartido.

A Febase denuncia esta decisão lesiva para os reformados e pensionistas, e da sua posição deu já conhecimento aos responsáveis do banco. ■





Contra corte do 14.º mês e do subsídio de Natal

## Grande concentração de trabalhadores e reformados do Grupo CGD

Mais de quatro mil trabalhadores e reformados do Grupo CGD participaram nas concentrações de protesto pelo corte dos subsídios de férias e de Natal, realizadas a 25 de janeiro em simultâneo em Lisboa e no Porto

Texto: **INÉS F. NETO**

Os trabalhadores do Grupo CGD mostraram a sua firme indignação no dia 25 de janeiro, ao passarem pelos locais das concentrações de protesto que tiveram lugar em Lisboa e no Porto.

Indignação que mobilizou mais de quatro mil bancários dos serviços centrais e de muitos balcões, trabalhadores dos seguros e reformados, que estiveram presentes em frente às portas principais do edifício sede da Caixa, em Lisboa, e da agência central, na Av. dos Aliados, no Porto.

Os Sindicatos da Febase – SBSI, SBN, SBC, STAS e SISEP – congratularam-se já pela forte adesão dos trabalhadores e reformados do Grupo, que responderam com a sua presença ao apelo lan-

çado para demonstrarem a sua indignação e firme vontade de defender os seus direitos.

Os trabalhadores do Grupo CGD sofrem os efeitos da política recessiva e do ataque que os governos e a troika têm vindo a desferir contra o setor empresarial do Estado. De forma despudorada, os governos, por um lado, decidem que a administração da CGD se insere no setor concorrencial mas, por outro, por via do Orçamento do Estado (OE), entendem que os trabalhadores englobam o sector empresarial do Estado (SEE).

Ao longo dos últimos dois anos, a diminuição das remunerações dos trabalhadores do Grupo Caixa ascendeu a cerca de 25%. Um escândalo, sabido que é que a CGD está abrangida pela



## Apelo ao Provedor de Justiça

A comissão conjunta de Sindicatos e Comissões de Trabalhadores do Grupo – entre os quais os Sindicatos da Febase – está a dar continuidade à luta dos trabalhadores.

Nesse sentido, remeteu já ao Provedor de Justiça um protesto contra os cortes salariais ditados pelo OE 2012, no qual requer a sua intervenção no sentido de que seja verificada a constitucionalidade daquelas medidas.

Considerando que a participação dos trabalhadores "é fundamental para que a sua indignação seja visível e cada vez mais ampliada", a Febase e as restantes estruturas representativas exortam todos os trabalhadores e reformados a preencherem, em nome individual, um requerimento semelhante para enviar ao Provedor de Justiça.

O requerimento poderá ser enviado individualmente ou remetido às estruturas representativas dos trabalhadores que integram a comissão conjunta até ao dia 24 de fevereiro – funcionando assim em termos idênticos a um abaixo-assinado – sendo posteriormente entregue ao Provedor de Justiça.

contratação coletiva, que livremente celebrou com os sindicatos dos bancários e dos seguros.

### Reduções sucessivas

Trabalhadores no ativo foram em 2010 confrontados com uma significativa redução na participação dos lucros – redução essa que no ano seguinte foi total.

Mas não só. Em 2011 não houve atualização das tabelas salariais; foi congelado o subsídio de refeição; o trabalho suplementar e o trabalho noturno ficaram sujeitos ao regime da função pública; foram suspensas as promoções por mérito e reduzidos os valores dos subsídios de férias e de Natal.





► Não satisfeito, o Estado impõe, em 2012, o corte do 14.º mês e do subsídio de Natal, na totalidade da remuneração superior a €1.100,00.

Já em 24 de novembro, aquando da greve geral, foi na CGD que a paralisação no setor financeiro mais se fez sentir.

Nessa altura, Rui Riso, presidente da Direção do SBSI, afirmou ser entendimento do Sindicato que "a CGD está no mercado bancário tal como as outras instituições e não é justo que se apliquem essas medidas aos trabalhadores da CGD nem a outros trabalhadores do setor empresarial do Estado".

Após a grande jornada de luta do passado dia 25 de janeiro, e independentemente da informação e contrainformação sobre medidas a tomar que minimizassem os prejuízos e dificuldades que os trabalhadores enfrentam,

não pode deixar de ficar claro que a Febase entende que qualquer medida naquele sentido representa muito pouco face aos sacrifícios impostos, que mais não são do que o cumprimento do Acordo de Empresa (AE), unilateralmente suspenso pela administração da CGD.

#### Recurso a mecanismo legais

Por outro lado, os trabalhadores na situação de reforma, a quem já foi retirado o 14.º mês – e pretendem fazer o mesmo ao subsídio de Natal – ficam completamente desajudados nas dificuldades que advêm desses cortes.

No que diz respeito ao corte dos 13.º e 14.º meses aos reformados, a Febase não aceita a decisão, pois o Fundo de

Pensões da CGD foi transferido para a Caixa Geral de Aposentações provisionado para responder à responsabilidade do pagamento de 14 meses por ano.

Por outro lado, os reformados do ex-BNU nunca exerceram a sua atividade em qualquer organismo público ou empresarial do Estado, tendo o seu próprio fundo de pensões, o que retira qualquer fundamento para que agora sejam abrangidos por estas medidas.

A Febase é totalmente contra as medidas do OE para 2012 aplicadas ao Grupo CGD e está a ultimar ações judiciais para a defesa dos direitos dos trabalhadores com contrato de provimento ou com contrato individual de trabalho, do ramo segurador, pensionistas da CGD e reformados do ex-BNU. ■

#### Venda do BPN ao BIC

## Atuar em todas as frentes para defender postos de trabalho

A Febase está a desenvolver várias iniciativas com o objetivo de salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho do BPN no processo de venda ao BIC

TEXTO: INES F. NETO



Face à complexidade do processo que envolve a defesa dos trabalhadores do BPN, a Febase tem atuado em diversas frentes: junto do Governo e das administrações do BPN e do BIC.

Assim, os Sindicatos da Febase – SBC, SBN e SBSI – solicitaram uma reunião ao Governo com o objetivo de obter esclarecimentos sobre o negócio de venda do BPN ao BIC. O encontro, que se realizou dia 31 de janeiro, contou com a presença da secretária de Estado do Tesouro e Finanças e de uma representação da administração do BPN e da Parvalorem. A delegação da Febase integrou ainda o secretário-geral da UGT, João Preença.

Entre os esclarecimentos solicitados pela Febase esteve a questão do "trespasse" dos serviços centrais do BPN para a Parvalorem.

Recorde-se que os trabalhadores do BPN serão divididos em duas grandes áreas: a comercial (que inclui os gabinetes da empresa e balcões) e os restantes serviços centrais. Os primeiros manter-se-ão por mais algum tempo no banco e serão abrangidos pelo Acordo de Empresa (AE) atualmente em negociações; os outros serão transferidos para as empresas veículo (Parvalorem), continuando a aplicar-se-lhes o ACT do setor bancário.

Na reunião com a governante, a Febase reclamou ao Executivo que tome as providências necessárias para que a Parvalorem subscreva o ACT do setor bancário na sua versão atual.

Por sua vez, o Governo comprometeu-se a suspender por alguns dias o processo de "transmissão da direção de meios do BPN para a Parvalorem" até

serem esclarecidas de forma definitiva algumas das questões colocadas pelos Sindicatos.

#### Governo compromete-se a respeitar ACT

A Febase manifestou ainda à secretária de Estado o seu protesto pela forma como tem vindo a desenrolar-se este processo, com falta de informação atempada aos Sindicatos da Federação, bem como pelo facto de os prazos limite para a concretização do negócio BPN/BIC serem demasiado exíguos tendo em vista a necessidade de envolvimento dos Sindicatos na defesa dos postos de trabalho e dos direitos contratuais dos trabalhadores.

Na reunião, o Governo esclareceu algumas das dúvidas da Febase, ficando claro que em todo o processo será respeitado o ACT do setor bancário.

#### Negociação de AE

Entretanto, a Febase respondeu à proposta de AE apresentada pela administração do BPN, tendo sido iniciadas as negociações entre as partes.

O processo está a decorrer dentro dos parâmetros expectáveis, sendo possível a sua conclusão durante a próxima semana, dado que a revisão da convenção coletiva é uma peça fundamental para que a administração do banco atinja o objetivo de finalizar o processo até 15 de fevereiro.

Logo que existam dados mais concretos sobre o AE em discussão, os Sindicatos da Febase informarão os trabalhadores do BPN através dos

meios na altura considerados mais adequados.

#### Mais trabalhadores para o BIC

Tendo em vista a salvaguarda do maior número possível de postos de trabalho, a Febase reuniu-se também com a administração do BIC.

O objetivo do encontro foi sensibilizar os responsáveis para a importância de o banco ir além dos compromissos assumidos com o Estado no que se refere ao número mínimo de trabalhadores a manter.

A administração do banco referiu que o processo não está ainda concluído, admitindo a possibilidade de, efetivamente, ir um pouco além do número inicialmente previsto. ■

## Ação chega ao Tribunal de Justiça da UE

Os Sindicatos dos Bancários da Febase (Centro, Norte e Sul e Ilhas) intentaram contra o Banco Português de Negócios (BPN) uma ação judicial relativa aos cortes salariais decorrentes da Lei do Orçamento do Estado para 2011.

Na ação judicial, que corre termos no juízo único – 3.ª secção do Tribunal de Trabalho do Porto, com o n.º 736/11.0TTPRT – acabou de ser proferida decisão a remeter o processo para o Tribunal de Justiça da União Europeia.

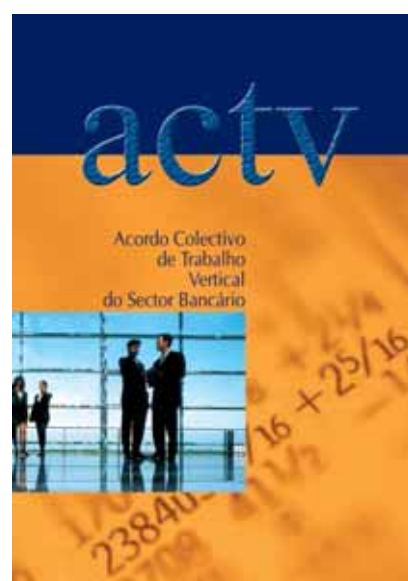
Com efeito, Anabela Tenreiro, a juíza daquele processo judicial, considerou que havia sérias dúvidas sobre a conformidade da Lei do Orçamento do Estado de 2011 (a matéria dos cortes salariais) com uma série de princípios e tratados internacionais, nomeadamente no que respeita à discriminação em função do vínculo laboral e à diminuição de remuneração.

Na sua decisão, a juíza considerou que os cortes salariais não eram a única medida possível e que poderão violar o direito a condições de trabalho dignas.

O processo vai agora ser remetido ao Tribunal de Justiça da União Europeia, que terá que pronunciar-se sobre estas matérias.

Tanto quanto se conhece, esta é a primeira decisão judicial a remeter para as esferas internacionais a apreciação de matéria desta natureza.

Esta decisão emerge do incansável empenho dos sindicatos da Febase numa luta sem tréguas contra estas medidas gravosas do OE.



#### Retificação

## Novas cláusulas no ACT

Por lapso, na última edição da revista a notícia sobre as novas cláusulas do ACT está incompleta. Publicamos agora as duas alíneas em falta no n.º 6 da cláusula 144.ª:

#### Cláusula 144.ª (Assistência Médica)

6 - (Novo) Relativamente aos novos trabalhadores inscritos no regime geral de Segurança Social e abrangidos pela secção VI do presente capítulo, aplica-se com as devidas adaptações, o disposto no n.º 4 da presente cláusula, constituindo, assim, base de incidência para cálculo das contribuições para os SAMS:

a) Nas situações de ausência por doença, acidente de trabalho ou de doença profissional, o valor das prestações que seriam devidas se ao trabalhador fosse aplicável o disposto na cl.ª 137.ª, acrescido do valor das diuturnidades devidas nos termos da cl.ª 138.ª;

b) Nas situações de ausência no âmbito da parentalidade, o valor da retribuição mensal efetiva auferida pelo trabalhador no momento imediatamente anterior ao da respetiva ausência. ■



Banco está a propor rescisões de contrato

## Febase não tolerará pressões no Barclays

TEXTO: INÊS F. NETO

Os Sindicatos dos Bancários da Febase não tolerarão que os trabalhadores do Barclays sejam alvo de qualquer tipo de pressão para aceitarem as rescisões de contrato propostas pelo banco.

O Barclays pretende reduzir os custos com pessoal em Portugal, tendo enviado um e-mail a todos os trabalhadores com uma proposta de rescisão do vínculo laboral.

A pretensão do banco foi previamente comunicada aos Sindicatos dos Bancários da Febase.

Questionada pelas Direções sindicais, a coordenadora do departamento de Recursos Humanos garantiu que o banco não tem intenção de proceder a despedimentos e que o objetivo é auscultar o eventual interesse dos trabalhadores em aderirem a rescisões amigáveis.

Até ao momento o processo tem decorrido com normalidade. A Direção do SBSI esteve dia 7 de fevereiro reunida com o Secretariado Sindical do Barclays e vai continuar a seguir

atentamente o processo, de forma a defender os interesses dos trabalhadores e a assegurar que não serão pressionados a aceitar uma rescisão indesejada.

A Febase aconselha os trabalhadores a comunicarem imediatamente qualquer situação de pressão e a não assinarem nada sem antes consultarem os serviços jurídicos dos respetivos sindicatos, que estão totalmente disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir. ■



## SAIU NA IMPRENSA

## Diário Económico

## Rescisões no Barclays

Os funcionários do Barclays em Portugal – cerca de 2.100 – receberam (...) um e-mail convidando-os a uma rescisão amigável. O objetivo é cortar custos para fazer face à atual conjuntura mas a instituição não divulga quais são as metas de poupança de gastos nem quantos colaboradores será preciso dispensar.

"A intenção não é de todo fechar a operação em Portugal. Esse plano não está em cima da mesa", garantiu fonte oficial do banco em Portugal ao Diário Económico. O plano de redução de custos admite ainda a possibilidade de fechar balcões em Portugal.

De acordo com os últimos dados públicos, disponíveis no Boletim da Associação Portuguesa de Bancos, os resultados do Barclays em Portugal baixaram de 14,7 milhões de euros de lucro em 2009, para um prejuízo de 27 milhões em 2010. Já em 2011, e só no primeiro semestre, registou um prejuízo de 49 milhões de euros (balanço individual).

Os dados do ano não foram ainda divulgados.

A justificar boa parte deste agravamento dos números estará o facto de, entre 2010 e junho de 2011, o banco ter registado mais de 300 milhões de euros de "correções de valor associadas ao crédito a clientes".

O Diário Económico contactou também a casa-mãe, em Londres. Fonte oficial assegurou também que o Barclays não tenciona abandonar o mercado português. Ainda assim, o mesmo responsável explicou que o grupo "tem um negócio forte em Portugal que tem crescido" mas que há que adaptar a operação "para que esta esteja o mais bem preparada possível para lidar com o que possa vir a surgir, tendo em conta o ambiente económico em Portugal". ■

## Diário de Notícias

## Sindicatos não vão tolerar pressões

O Barclays iniciou um programa de rescisões amigáveis com os colaboradores e o Sindicato dos Bancários garante estar atento à operação. "Se há uma coisa que o Sindicato não vai tolerar são pressões para rescindir contrato", adiantou Rui Riso, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), em declarações ao Dinheiro Vivo.

Rui Riso diz que teve a garantia do Barclays que a própria instituição financeira não irá permitir que haja pressão sobre os trabalhadores, mas garante que vão estar atentos.

Embora olhe para esta situação com alguma preocupação, Rui Riso reconhece que esta é uma "consequência da diminuição da atividade bancária", o que já se vem a verificar desde há anos.

"O Barclays tem estado a reduzir pessoal em toda a Europa e, ao contrário do que foi feito no Reino Unido, aqui não se passa um despedimento coletivo mas sim um plano de rescisão amigável onde os bancários podem ou não aceitar", esclareceu o sindicalista.

Exatamente por se tratar de um "plano de rescisões amigáveis, o sindicato não vai intervir, uma vez que é uma decisão de cada trabalhador".

Rui Riso lembrou que outros bancos já têm vindo a reduzir trabalhadores, através de outros modelos, como propostas de reformas antecipadas, adiantando que, no "caso do Barclays, por ser um banco com uma média de idades muito jovem, isso não acontece".

O sindicalista esclareceu que "na história das reestruturações de quadros na banca foram sempre feitas sem grande conflitualidade", e espera que assim aconteça com o caso do Barclays.

Da informação que tem, Rui Riso afirmou que "as condições oferecidas são superiores à média" e, por isso, "há muitos trabalhadores que estão a avaliar, por considerarem as condições atrativas".

Tal como o Dinheiro Vivo tinha avançado, além de um mês e meio de salário por ano de trabalho está a ser oferecido o crédito à habitação bonificado, além de seguro de saúde durante um certo período e o acesso a um serviço de *outplacement*. ■

Os outros iludem...  
- nós agimos!

Após cinco meses de aturadas e complexas negociações, foi possível chegarmos a um novo Contrato Coletivo de Trabalho, aplicável à atividade seguradora.

A decisão de acordarmos um novo convénio de trabalho foi ponderada e, não temos dúvidas, a solução compaginável nas circunstâncias e conjuntura atuais. O CCT foi, entretanto, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de janeiro de 2012

TEXTO: JOSÉ LUIS PAIS

Sem relutância, damos público testemunho da compreensão demonstrada pela maioria dos trabalhadores, que reconheceram a validade dos fundamentos da argumentação expendida e concluíram, justamente, que o setor de Seguros ficaria inquestionavelmente a perder com a inexistência dos trabalhadores de seguros não ficarem dotados de um CCT atualizado e modernizado, adequado à realidade do dia a dia desta importante atividade para a economia do País, das empresas e das famílias, não obstante as condições sócio económicas e financeiras serem manifestamente desfavoráveis.

Tornou-se evidente que, objetivamente, quer os trabalhadores quer as empresas, careciam dum novo CCT, que regulamentasse as relações laborais.

Por isso, neste contexto de novo tipo muito especial, o STAS pragmaticamente disponibilizou-se para introduzir, com ponderação, rigor e eficácia, as modificações que se nos afiguraram razoáveis, com a segurança de quem se bate há anos por uma negociação séria e de quem sabe que os verdadeiros e reais interesses dos trabalhadores passam pela defesa do seu presente, assegurando o seu futuro, com a firme convicção de quem sabe dizer não e, por isso, não tem complexos nem pruridos de consciência de dizer sim quando é razoável e equilibrado fazê-lo.

O novo CCT não é, certamente, o que nós idealmente pretendíamos que fosse, nunca é, aliás. Resultou de uma negociação dura, complexa e muito difícil, mas traduziu-se, sem dúvida, num Contrato digno, inovador, suscetível e caracterizado por ser capaz de defender os legítimos interesses dos trabalhadores de seguros, num quadro

geral comumente conhecido de mudanças rápidas e profundas.

Seria fácil adotar liminarmente uma postura imobilista e negativista, em nome de uma pseudo e irresponsável defesa dos interesses dos trabalhadores, o que equivaleria a uma manifestação omissiva censurável, hipotecando, no curtíssimo prazo – sem retorno – os direitos e regalias dos trabalhadores. Não fomos por aí. Ter caminhado por esse trilho teria sido suicídio. Quem tudo quer tudo perde, diz avisadamente o aforismo. Teria sido uma conduta

**O novo CCT resultou de uma negociação dura, complexa e muito difícil, mas traduziu-se, sem dúvida, num Contrato digno, inovador, suscetível e caracterizado por ser capaz de defender os legítimos interesses dos trabalhadores de seguros, num quadro geral comumente conhecido de mudanças rápidas e profundas**

que não se coadunaria de todo com a necessidade de – todos – sermos realistas e, assim, prevenir os direitos dos trabalhadores, nossos associados.

Inclusive, pela recetividade que temos tido junto dos trabalhadores é lícito, desde já, confirmar que nos assistia (e assiste) razão e que não seria metendo a cabeça na areia que os defenderíamos justamente.

No entanto, se eventual e remotamente subsistirem dúvidas, estamos certos que o tempo encarregar-se-á de clarificar os factos, fazendo-nos justiça, separando o trigo do joio, isolando a demagogia, a ilusão frustrante, a incapacidade de quem não se adapta e, preconceitualmente, se recusa às situações

exigentes do foro laboral, que requerem respostas construtivas e de compromisso positivo.

Reclamando-se de defensores imputados dos trabalhadores, houve quem rejeitasse subscrever o novo instrumento regulamentador das condições do trabalho e, arvorados numa espécie de calculadores aritméticos, enveredou pela especulação sem tino, tentando criar algumas ilusões vãs que contribuíram, nalguns casos, para fomentar a dúvida e o desânimo – ainda que transitórios – quanto ao novo clausulado e à sua aplicabilidade na esfera jurídica dos seus destinatários especiais, os trabalhadores.

O STAS, conduzindo a sua ação sindical de forma responsável e previdente, contribuiu, de forma decisiva, para evi-

**OSTAS, conduzindo a sua ação sindical de forma responsável e previdente, contribuiu, de forma decisiva, para evitar, também, um cenário legal previsível – a suceder no curto prazo – que pairava como uma espada de Dâmoqueles sobre os direitos previstos no CCT – ou seja, a sua caducidade, o que recomendaria uma conduta oposta daqueles que não subscreveram o novo Contrato**

tar, também, um cenário legal previsível – a suceder no curto prazo – que pairava como uma espada de Dâmoqueles sobre os direitos previstos no CCT – ou seja, a sua caducidade, o que recomendaria uma conduta oposta daqueles que não subscreveram o novo Contrato.

Com a serenidade que se impunha, a despeito das inverdades veiculadas, temos vindo a atuar, de viva voz e pela via da informação concreta, esclarecendo, apontando todo o processo negocial e as cláusulas inovadoras, junto dos trabalhadores nas empresas onde laboram, bem como noutros locais, de modo a abrangermos, tanto quanto possível, o universo dos trabalhadores. E não fazemos distinção quanto à sua filiação sindical.

O novo CCT aí está, não envergonhando quem, como o STAS, de forma realista e adulta, esteve de boa-fé negocial até ao final, pugnando sempre pela defesa dos direitos, regalias e legítimos interesses dos trabalhadores.

A terminar, recomendamos aos colegas que acedam ao sítio do STAS na web, a fim de poderem conhecer o novo CCT, em toda a extensão do seu texto literal, sendo certo que, como sempre, estamos naturalmente disponíveis para prestar os esclarecimentos que julguem pertinentes. ■

Novo CCT para o setor segurador

Principais novidades

Compensação pecuniária extraordinária

Compensação pecuniária no valor de 55% do ordenado base mensal auferido em 31 de dezembro de 2011, atribuída aos trabalhadores com contrato de trabalho sem termo e que tenham entrado na empresa antes de 1 de janeiro de 2010.

Plano Individual de Reforma (PIR) - admissões antes de 1995

Criação para os trabalhadores admitidos antes de 22 de junho de 1995, de um Plano Individual de Reforma, para o qual será transferido de imediato o valor integralmente financiado, corres-

pondente às responsabilidades do empregador, decorrentes da negociação coletiva em vigor.

Os empregadores contribuirão futuramente para o PIR destes colaboradores, conforme o seu ordenado base anual, de acordo com o seguinte calendário e critério:

2015 - 2,75%  
2016 - 3,00%  
2017 e seguintes - 3,25%

Plano Individual de Reforma (PIR) - admissões depois de 1995

Criação para os trabalhadores admitidos depois de 22 de junho de 1995, e

que não dispunham de complementos de reforma, de um Plano Individual de Reforma, que tem, entre outras características, a de possuir portabilidade.

As contribuições dos empregadores para esse fundo incidem sobre o ordenado base anual do trabalhador e obedecem ao seguinte calendário e critério:

2012 - 1,00%  
2013 - 2,25%  
2014 - 2,50%  
2015 - 2,75%  
2016 - 3,00%  
2017 e seguintes - 3,25%

Atualização da pensão de reforma

Atualização em 1,00% do fator A, aplicável às atualizações das pensões de reforma.

Seguro de saúde

Aumento do capital para internamento no seguro de saúde, que passa

para € 25.000,00/ano e inclusão, pela primeira vez, de um capital de € 1.000,00 para a cobertura da assistência clínica em regime de ambulatório.

Comissões de segurança e saúde

Introdução no CCT das comissões de segurança e saúde no trabalho.

Prémio de permanência

Criação de um prémio de permanência, sempre que o trabalhador completar um ou mais múltiplos de 5 anos na empresa, de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal, que será pago conjuntamente com o ordenado do mês em que o facto ocorrer.

O primeiro vencimento deste prémio ocorrerá da seguinte forma:

Em 2013 para os trabalhadores admitidos em ano terminado em 3 ou 8;

Em 2014 para os trabalhadores admitidos em ano terminado em 4 ou 9;  
Em 2015 para os trabalhadores admitidos em ano terminado em 5 ou 0  
Em 2016 para os trabalhadores admitidos em ano terminado em 6 ou 1  
Em 2017 para os trabalhadores admitidos em ano terminado em 7 ou 2.

Recomenda-se a leitura desta cláusula para melhor elucidação sobre as regras prévias à efetivação da mesma e consequente aplicabilidade.

Para os trabalhadores com mais de 50 anos, este prémio é substituído pelo regime, já existente, de licença com retribuição.

Seguro de vida

Aumento do capital do seguro de vida, que passa para € 100.000,00

por acidente de trabalho ocorrido ao serviço da empresa; € 75.000,00 se resultar de outro tipo de acidente e € 50.000,00 nos restantes casos.

Passa a estar incluída, pela primeira vez, a cobertura de invalidez permanente.

Banco de horas

Criação do banco de horas, indo ao encontro das realidades de trabalho fora do horário normal, prática generalizada e corrente.

Teletrabalho

Introdução do conceito e regulamentação da matéria associada ao teletrabalho.

Duração das férias

Na duração das férias, mantêm-se os 25 dias úteis e clarificam-se os efeitos e motivos que levam à interrupção das mesmas. ■





**Saiba mais sobre o seu novo CCT**

O empregador deve promover a realização dos seguintes exames de saúde:

- a) Rastreio de doenças cardiovasculares e pulmonares;
- b) Rastreio auditivo (novo) e visual;
- c) Hemoscópias;
- d) Análise sumária de urina.

O Rastreio auditivo e visual deverá ser realizado todos os anos (novo). Os restantes exames serão realizados todos os anos depois dos 45 anos de idade e, de dois em dois anos, até aquela idade.

**Esta cláusula resultou de um processo de negociação sério do STAS em prol dos Trabalhadores.**

O CCT é aplicado obrigatoriamente aos Associados dos Sindicatos subscritores.

Os não sindicalizados poderão ser abrangidos por este regime se as respetivas entidades patronais assim o decidirem.

Em caso de litígio judicial, só os trabalhadores sindicalizados poderão evocar a aplicabilidade do CCT.

Sindicalize-se!

**O STAS é o melhor seguro para a sua vida profissional!**





**Consulte-nos em [www.stas.pt](http://www.stas.pt)**

Linha grátis: 800 205 179

STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora

Largo do Intendente Pina Manique 35, 1100-285 Lisboa





**Saiba mais sobre o seu novo CCT**

Se entrou depois de 22 de Junho de 1995, a sua empresa irá transferir a partir deste ano para o seu Plano Individual de Reforma uma percentagem sobre o valor do seu salário base anual.

Exemplo:

Para um trabalhador do grupo profissional operacional (antigo nível X) e, sem contemplar aumentos futuros de salário, as contribuições serão:

- ✓ 2012 - 1% = 147,44€
- ✓ 2013 - 2,25% = 331,73€
- ✓ 2014 - 2,5% = 368,59€
- ✓ 2015 - 2,75% = 405,45€
- ✓ 2016 - 3% = 442,31€
- ✓ 2017 e seguintes - 3,25% = 479,17€

**Esta cláusula resultou de um processo de negociação sério do STAS em prol dos Trabalhadores.**


O CCT é aplicado obrigatoriamente aos Associados dos Sindicatos subscritores.

Os não sindicalizados poderão ser abrangidos por este regime se as respetivas entidades patronais assim o decidirem.

Em caso de litígio judicial, só os trabalhadores sindicalizados poderão evocar a aplicabilidade do CCT.

Sindicalize-se!

**O STAS é o melhor seguro para a sua vida profissional!**



**Consulte-nos em [www.stas.pt](http://www.stas.pt)**

Linha grátis: 800 205 179

STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora

Largo do Intendente Pina Manique 35, 1100-285 Lisboa



Alterações introduzidas pelo Acordo de concertação social



## O que muda no setor financeiro

TEXTO: INÊS F. NETO E DELMIRO CARREIRA

Os parceiros sociais e o Governo celebraram o Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego que, vertido para a legislação laboral, provocará novas mudanças na regulação das relações de trabalho. Saiba quais os regimes que poderão ter maior impacto no setor financeiro

A polémica gerada pela assinatura do Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego (comumente designado Acordo de concertação social) pelos parceiros sociais (com exceção da CGTP) e Governo justifica a escolha do documento para tema do dossiê desta edição da revista "Febase".

De todas as matérias constantes no Acordo, selecionou-se como ângulo de abordagem as que podem ter impacto nos setores em que a Febase desenvolve a sua ação: banca e seguros.

Desde a assinatura do Acordo, a 18 de janeiro, muitos foram os que se pronunciaram sobre ele – a favor e contra.

Desde o início a UGT fundamentou o seu

aval por considerar que o Acordo possibilitou travar algumas das medidas mais gravosas para os trabalhadores previstas no compromisso com a troika assumido por Portugal para que o País acesse a ajuda financeira externa.

Os trabalhadores portugueses vão pagar a sua parte da fatura para, como é crença do primeiro-ministro, o crescimento da economia nacional e o aumento do emprego. Vozes insuspeitas de radicalismo afirmaram já que desapareceu a eterna desculpa da rigidez legislativa como impedimento para o desenvolvimento do mercado laboral.

É o caso de Bagão Félix, ministro que promoveu o Código do Trabalho de 2003.

Em declarações à TSF, o ex-ministro do CDS considerou que algumas medidas acordadas são mesmo um passo atrás, frisando que o grande problema da legislação laboral não tem a ver com os despedimentos mas com a flexibilização da contratação.

No mesmo sentido pronunciou-se o presidente da CIP. "O acordo foi a vontade das partes de definirem um conjunto de regras que são necessárias para promover o crescimento e dar um quadro de competitividade diferente às nossas empresas, os tais obstáculos, os tais pedregulhos, como eu caricaturei, que têm de ser removidos. Obviamente que as leis do trabalho, o tal terço, são importantes. Mas, como eu já disse e repito, não são

as leis do trabalho, não é a legislação do trabalho que é a panaceia dos problemas da economia portuguesa", afirmou António Saraiva em entrevista ao "Diário de Notícias".

Os sindicatos da UGT consideram que já não há desculpas. A partir de agora a responsabilidade está toda do lado do Governo e dos empresários para que o País se desenvolva e sejam criados postos de trabalho.

Uma matéria que sofre profundas alterações e não é abordada neste dossiê é a questão dos despedimentos e respetivas compensações. A opção deve-se ao facto de se tratar de situações que até ao momento não têm ocorrido de forma significativa no setor financeiro,

ainda que o volume de subsídios de desemprego atribuídos o ano passado permita concluir que através do mecanismo de não renovação dos contratos a termo muitos jovens bancários foram (embora não tecnicamente) despedidos.

Nestas páginas far-se-á a comparação entre as imposições do Memorando com a troika, o que ficou acordado na concertação social e o que está em vigor nos IRCT do setor bancário e o CCT dos Seguros em matérias como o banco de horas, trabalho suplementar, férias, "pontes", feriados, faltas injustificadas, subsídio de desemprego e negociação coletiva. Na contratação coletiva publica-se o que em cada convenção foi considerado mais significativo. ■



## Banco de horas



### Troika

Promover a flexibilidade dos tempos de trabalho, nomeadamente pela adoção do regime de banco de horas por acordo entre empregador e trabalhador, negociado ao nível da empresa.



### Acordo

Passa a ser possível a utilização do regime de banco de horas por acordo individual entre empregador e trabalhador, em moldes semelhantes aos fixados para a adaptabilidade, em si-

multâneo com o mesmo regime resultante da negociação coletiva.

Aumentos do período normal de trabalho:

- por negociação coletiva: até 4 horas/dia, 60 horas/semana (máximo 200h/ano);
- por acordo individual: até 2h/dia, 50h/semana (máximo 150h/ano).

Não há aumento do horário de trabalho: as horas efetuadas ao abrigo do banco de horas têm de ser compensadas por igual período de descanso.



### Contratação

#### Banca - ACT do BCP

Em algumas instituições do setor bancário, nomeadamente no BCP, CGD e Banco de Portugal, há já alguns anos que este regime está previsto nos respetivos IRCT, com a designação de adaptabilidade do tempo de trabalho. Como exemplo refere-se o BCP(cláusula 50.ª):

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a duração do período normal de trabalho pode apurar-se em termos médios, por um período de referência de dois meses, caso em que o limite diário de 7 horas é aumentado até ao máximo de duas horas, sem que a duração do trabalho semanal exceda 45 horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior e, em qualquer caso, o tempo de isenção de horário de trabalho.
2. A duração média do período normal de trabalho e do trabalho semanal pode ser definida por referência a um período máximo de seis meses em determinadas situações ou unidades de trabalho (ver ACT).
9. Por acordo entre a entidade patronal e o trabalhador, o cumprimento do período normal de trabalho em regime de adaptabilidade pode implicar a redução da semana de trabalho em dias ou meios-dias completos de trabalho.

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a duração do período normal de trabalho pode apurar-se em termos médios, por um período de referência de dois meses, caso em que o limite diário de 7 horas é aumentado até ao máximo de duas horas, sem que a duração do trabalho semanal exceda 45 horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior e, em qualquer caso, o tempo de isenção de horário de trabalho.

2. A duração média do período normal de trabalho e do trabalho semanal pode ser definida por referência a um período máximo de seis meses em determinadas situações ou unidades de trabalho (ver ACT).

### Seguros

(CCT-cláusula 16.ª):

1. É instituído o regime de banco de horas, em que a organização do tempo de

trabalho obedecerá ao constante nos números seguintes (ver CCT).

2. O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e pode atingir quarenta e cinco horas semanais, tendo o acréscimo anual por limite 60% do que estiver legalmente fixado para o banco de horas.

3. A utilização do banco de horas poderá ser iniciada com o acréscimo do tempo de trabalho ou com a sua redução.

7. No final de cada ano civil deverá ser saldada a diferença entre o acréscimo e a redução do tempo de trabalho, podendo ainda a mesma ser efetuada até ao final do 1.º trimestre do ano civil subsequente.

8. No caso de, no final do 1.º trimestre do ano civil subsequente, não estar efetuada a compensação referida no número anterior, considera-se saldada a favor do trabalhador o total de horas não trabalhadas.

9. As horas prestadas em acréscimo do tempo de trabalho, não compensadas até ao final do 1.º trimestre do ano civil subsequente, serão pagas de acordo com o valor da retribuição horária.

11. O descanso semanal obrigatório, a isenção de horário de trabalho, a adaptabilidade e o trabalho suplementar não integram o conceito de banco de horas.

### Comentário

Verifica-se que esta modalidade de organização de tempo de trabalho existe já no setor financeiro, embora sem grande utilização na banca, o que talvez explique por que até agora as IC subscritoras do ACT do setor nunca se mostraram muito interessadas em inscrevê-lo na convenção coletiva. No setor segurador passou a integrar o novo CCT, publicado este ano. No setor financeiro este regime pode ser favorável a trabalhadores, que queiram adaptar a sua vida profissional em função da sua vida familiar ou outros compromissos sociais (prática de desporto, obrigações académicas, etc.).

## Negociação coletiva



### Troika

- definição de critérios para emissão de portarias de extensão, incluindo a representatividade das partes, excluindo a emissão quando o sindicato não seja representativo;
- redução da sobrevivência dos contratos coletivos caducados e não substituídos por novos;
- Comissões de Trabalhadores (CT) podem negociar Acordos de Empresa em empresas com menos de 250 trabalhadores;
- Comissões de Trabalhadores ou outras estruturas representativas dos trabalhadores podem negociar condições de mobilidade funcional e geográfica e regimes dos tempos de trabalho;
- criação do Centro de Relações Laborais.



### Acordo

- CT podem negociar Acordos de Empresa em empresas com mais de 150 trabalhadores;
- CCT setoriais podem prever matérias a serem negociadas ao nível da empresa por CT ou outras estruturas representativas dos trabalhadores;

- Governo compromete-se a dinamizar negociação coletiva no setor privado, público e empresarial do Estado através de serviços de conciliação e mediação mais operativos e utilizando os mecanismos administrativos ao seu dispor.

### Comentário

O Acordo permitiu travar medidas que teriam um efeito extremamente negativo para a negociação coletiva e de grande desregulação das condições de trabalho.

No que respeita à intervenção das Comissões de Trabalhadores nos processos negociais, a troika previa que isso pudesse ocorrer em empresas com menos de 250 trabalhadores ou, dito de outra forma, em todas as empresas que tivessem Comissões de Trabalhadores.

O Acordo restringe essa possibilidade a empresas com mais de 150 trabalhadores e faz depender dos CCT setoriais outras matérias a negociar por outras estruturas.

## Trabalho suplementar



### Troika

Redução dos atuais montantes pagos por trabalho suplementar ou por dia feriado para um máximo de 50%;  
Eliminação do descanso compensatório correspondente a 25% do trabalho suplementar prestado.

Estas normas podem ser alteradas, para mais ou para menos, por convenção coletiva de trabalho.



### Acordo

Redução dos atuais montantes pagos por trabalho suplementar ou por dia feriado para um máximo de 50%;  
Após um período de 2 anos em que esta regra é imperativa:  
- serão aplicados os valores atuais constantes de IRCT ou contrato de trabalho, reduzidos em 50%;

- esta matéria pode voltar a ser regulada pela negociação coletiva.



### Contratação

#### Banca

O trabalho suplementar é pago da seguinte forma:

- diurno: 150% na 1.ª hora; 275% nas seguintes;
- noturno: 187,5% na 1.ª hora; 218,75% nas seguintes.

### Seguros

A prestação de trabalho suplementar é paga nos termos previstos na lei com o acréscimo de vinte pontos percentuais.

### Comentário

Esta medida tem caráter imperativo, o que significa, em termos legais, que tem de ser obrigatoriamente cumprida por todas as entidades patronais.

Ainda que o volume de trabalho suplementar pago não seja muito significativo, a hipótese colocada por alguns juristas de as isenções, quando relacionadas com o valor/hora do trabalho suplementar, poderem vir a ser afetadas, pode traduzir-se, no setor financeiro, numa potencial economia de centenas de milhões de euros.

Só na banca, mais de 25 mil trabalhadores têm isenção de horário de trabalho, pelo que é possível estimar o impacto desta medida.

É óbvio que as entidades patronais não estão proibidas de atribuir um qualquer subsídio que compense, no todo ou em parte, a redução operada por força da diminuição do valor/hora do trabalho suplementar.



## Feriados, "pontes" e faltas



### Troika

Estas matérias não são objeto do Memorando.

As propostas de alteração nestas matérias são da iniciativa do Governo.



### Acordo

Feriados: eliminação de 3 a 4 dos atuais feriados (posteriormente o Conselho de Ministros decidiu que são eliminados 4).

"Pontes": alargamento a todo o ano do regime atualmente em vigor entre 1 de maio e 31 de outubro, ou seja, a empresa pode encerrar nos dias de "ponte" sempre que os feriados recaiam a uma terça ou quinta-feiras, com consequente desconto no período de férias ou mediante compensação futura pelo trabalhador. Esta decisão deve ser comunicada aos trabalhadores no início de cada ano.

Faltas: a falta injustificada a um ou meio período normal de trabalho diário imediatamente anterior ou posterior a dia de descanso ou a feriado implica a perda de retribuição relativamente aos dias de descanso ou feriados imediatamente anteriores ou posteriores.



### Contratação

### Banca

(AE do BdP - cláusula 49.<sup>a</sup>):

1. Consideram-se feriados obrigatórios os dias seguintes: 1 de janeiro, sexta-feira Santa, domingo de Páscoa, 25 de Abril, 1 de maio, Corpo de Deus, 10 de junho, 15 de agosto, 5 de outubro, 1 de novembro, 1 de dezembro, 8 de dezembro e 25 de dezembro.

2. Além dos feriados obrigatórios são observados a terça-feira de Carnaval e o feriado municipal da localidade; véspera de Natal (cláusula 50.<sup>a</sup>): Os trabalhadores estão dispensados do cumprimento do dever de assiduidade no dia 24 de dezembro.

## Férias



### Troika

Estas matérias não são objeto do Memorando.

As propostas de alteração nestas matérias são da iniciativa do Governo.



### Acordo

São eliminados os 3 dias de majoração por assiduidade previstos pelo Código do Trabalho de 2003 em todos os contratos ou convenções coletivas em cuja norma foi introduzida após aquela data. A parte da majoração que ultrapassa os 3 dias mantém-se.



### Banca

(ACT - cláusula 69.<sup>a</sup>)

1. O período anual de férias é de 25 dias úteis.

2. Para efeitos de férias, a contagem dos dias úteis compreende os dias de semana de 2.<sup>a</sup> feira a 6.<sup>a</sup> feira, com exclusão dos feriados, não sendo como tal considerados o sábado e o domingo.

### Seguros

(cláusula 21.<sup>a</sup>):

1. O período anual de férias tem a duração de 25 dias úteis, incorporando já o aumento de número de dias previsto na lei.

### Comentário

Nos setores bancário e segurador, o direito ao gozo de 25 dias de férias foi conquistado pelos Sindicatos muito antes da sua consagração no Código do Trabalho de 2003. Este direito consta, em regra, dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) do setor financeiro desde finais dos anos 90, pelo que os bancários e os trabalhadores dos seguros não são atingidos por esta norma do Acordo de Concertação Social.

## Subsídio de desemprego



### Troika

- redução do subsídio de desemprego a 2,5 IAS (com diminuição de 10% ao fim de 6 meses);

- duração máxima limitada a 540 dias (Governo introduziu a possibilidade de serem ultrapassados os 18 meses em função da idade e da carreira contributiva do trabalhador, com salvaguarda dos direitos adquiridos);

- período contributivo para aceder ao subsídio de desemprego reduzido de 15 para 12 meses de trabalho nos últimos 2 anos;

- eventual alargamento da atribuição de subsídio de desemprego a categorias definidas de trabalhadores independentes que prestam serviços regularmente a uma única empresa.



### Acordo

- limite máximo de atribuição fixado em 26 meses, em função da idade e da carreira contributiva do trabalhador;

- majoração de 10% no valor do subsídio para as famílias monoparentais ou em que ambos os membros do casal estejam desempregados e tenham filhos a cargo;

- montante máximo futuro do subsídio de desemprego fixado em 2,5 IAS, com redução de 10% ao fim de 6 meses;

- período contributivo para aceder ao subsídio de desemprego reduzido de 15 para 12 meses de trabalho nos últimos 2 anos;

- salvaguarda dos direitos adquiridos dos trabalhadores que tenham duração do subsídio superior à nova duração máxima;

- relacionamento mais célere com desempregados, nomeadamente determinando datas fixas para pagamento do subsídio e maior rapidez no pagamento;

- acumulação de parte do subsídio de desemprego com rendimentos de trabalho;

- compromisso do Governo de no prazo de 180 dias apresentar para discussão documento sobre atribuição de subsídio de desemprego a empresários em nome individual, membros de ór-

gãos estatutários das pessoas coletivas e aos outros trabalhadores independentes (economicamente dependentes de uma única empresa);

- compromisso de estudar o alargamento do subsídio aos restantes casos de recibos verdes.

### Comentário

Trata-se de uma matéria que não é contemplada nos IRCT do setor financeiro, sendo regulada exclusivamente pela lei, ou seja, os trabalhadores bancários e dos seguros têm os mesmos direitos e obrigações que os demais trabalhadores portugueses.

No caso concreto do setor bancário, a grande maioria dos que são atingidos por este flagelo, sobretudo jovens que não viram renovados os seus contratos de trabalho, têm os seus subsídios de desemprego processados pela CAFEB.

Além destes, a Segurança Social processa os restantes casos da banca e seguros (trabalhadores inscritos no regime geral), números sobre os quais não temos informação disponível. O quadro publicado permite extrair algumas conclusões sobre a dimensão deste problema.

O regime acordado na concertação social, restringindo embora as condições atuais – montantes e duração –, traz, por outro lado, alguns benefícios no que respeita quer ao tempo necessário de trabalho para ter acesso ao subsídio, quer na permissão de acumulação de parte dele com rendimentos do trabalho.

## Subsídios de desemprego processados pela CAFEB em 2011

Meses	Beneficiários	Montantes
Janeiro	271	249.521,51
Fevereiro	266	249.939,84
Março	253	225.255,31
Abril	250	257.492,38
Maio	250	231.749,79
Junho	248	293.669,60
Julho	249	256.463,41
Agosto	257	249.904,11
Setembro	253	247.028,60
Outubro	252	245.962,53
Novembro	242	250.170,64
Dezembro	233	223.825,29
Total	3024	2.980.983,01





**2º Prémio**



"De regresso ou de partida"  
José Canelas (SBSI)

**3º Prémio**



"Xutos em alta velocidade"  
José Canelas (SBSI)

### Menções Honrosas



"Encaixe"  
Emanuel Pontes (SBN)



"Arte cerco"  
Emanuel Pontes (SBN)



"Manhã submersa"  
José Canelas (SBSI)



## STAS escolhe o melhor conto de Natal 2011

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

### Conto de Natal

*Era véspera de Natal e lá fora na rua fazia muito frio. Da janela embaciada do seu quarto, um menino olhava para o céu estrelado enquanto sussurrava:*

*"Sabes Pai Natal, tenho um segredo para te contar..."*

*Eu adoro esta época natalícia!  
Quem não gosta? Todos os membros da minha família -  
me, gostamos muito presentes! E bolas, corações, piões, se-  
gus, bicicletas, livros... Enfim, tantas coisas que fazem  
o inverno ser bonito!  
São também umas decorações muito bonitas e bolas coloridas,  
estrelas, fitas, sinos e outros enfeites que os adultos me  
dão de presente de Natal!  
Eu cheiro a canela? A minha mãe é uma excelente  
cozinheira. O cheiro das docas de Natal que  
vem da cozinha é uma das coisas que eu mais gosto.  
Linho - não, não, não! Tudo uma delícia. Mas  
sabes, Pai Natal, eu tenho mais segredo: eu deixo-te  
bilhete para tu poderes e uma senhora para os  
meus. O pior de tudo é que eu sou obrigado a comer  
bolachas na véspera de Natal porque é uma tradição  
na família há muitos anos.  
Eu não gosto de bolachas.  
Sabes este segredo?  
Do teu amigo, Vasco Pacheco*

Todos os anos, pela altura do Natal, o STAS dirige-se, de uma forma mais especial, aos filhos dos seus associados que têm até doze anos de idade

No Natal de 2011, o STAS lançou aos filhos dos associados o desafio de, dando asas à sua imaginação, poderem criar o seu próprio conto de Natal.

Acreditando que a magia do Natal está dentro de cada um de nós, o repto lançado aos pequenos escritores permitiu reconhecer o seu talento e a sua imaginação.

O desafio consistia em dar a possibilidade às crianças de escreverem a sua

própria história de Natal, dando sequência ao seguinte texto: "Era véspera de Natal e lá fora na rua fazia muito frio. Da janela embaciada do seu quarto, um menino olhava para o céu estrelado enquanto sussurrava: Sabes Pai Natal, tenho um segredo para te contar..."

Pedia-se aos jovens escritores que terminassem este conto.

O melhor conto receberia uma "Nintendo 3DS" e será ainda utilizado no postal de Natal STAS deste ano.

Foram vinte os que aceitaram este desafio e o grande vencedor foi o Vasco Pacheco, de oito anos.

O STAS agradece a todos os prodigiosos escritores a sua participação, tornando o Natal do STAS ainda mais especial. Congratula também o facto de terem aceitado este desafio e de terem contribuído

para esta primeira iniciativa do género.

À Inês Gouveia, à Leonor Vieira, ao Diogo de Sá Pereira, à Mariana Revés Gonçalves, ao Filipe Gralha Baptista, à Carolina Dias, à Sofia Dias, à Sara Coelho, à Cátia Ferreira, ao Luís Salvador Lage, ao Gonçalo Costa, à Laura Gouveia, ao Jorge Caldeira, à Barbara Viana, ao Vasco Pacheco, à Carolina Romeira, à Clara Correia, ao Filipe Costa, ao Ricardo Belling e à Ana Baptista o nosso obrigado.

A escolha do melhor conto de Natal STAS 2011 não foi fácil, dado que tivemos em mãos grandiosas obras de literatura. Não obstante, apenas podíamos escolher um e a eleição foi para o conto do Vasco Miguel Vila Pouca Pacheco, de oito anos.

Contamos com a criatividade e imaginação destes e de muitos mais escritores de palmo e meio em futuros desafios. ■





# CURSO MONITORES

Para Jovens com Idade mínima de 18 Anos

Certificado de Formação no final do curso / Custo de 250 euros podendo ser pago em duas vezes, estando incluído os transportes, refeições, aulas e seguros em regime de internato. **Objectivo:** Formar Monitores para a realização de Campos de Férias

**1º Curso**  
de 26 a 31 de Março

**2º Curso**  
de 2 a 7 de Abril

**Direito**  
4 Horas

**Animação Cultural**  
24 Horas

**Socorrismo**  
12 Horas

**Organização e funcionamento do Centro de Férias**  
10 Horas

**Relacionamento Interpessoal entre crianças, adolescentes e adultos**  
4 Horas

**Exploração da Natureza**  
8 Horas

**O aproveitamento assegurará ainda a participação remunerada dos formandos num dos turnos dos Campos de Férias a realizar pela Jovens Seguros no Verão de 2012.**

**Para inscrições**

**jovens seguros**

www.jovensseguros.com

geral@jovensseguros.com

Tlm: 916 564 998

Tlf: 21 880 21 60

## Bancários de São Miguel num curso de técnica bancária

Texto: Rui Santos

Cerca de 25 associados do SBSI e que trabalham em diversas instituições de crédito que operam na ilha açoriana de São Miguel participaram, em Novembro, em mais um curso organizado pelo Pelouro da Formação, desta vez sobre técnica bancária



O curso, que teve já várias edições noutros locais da área sindical do SBSI, prolongou-se por dois dias e foi coroado de pleno êxito, a avaliar pelos comentários feitos pelos participantes no seu final, sendo muitos os que manifestaram o seu interesse em participar em novas iniciativas de formação que o Sindicato entenda dever levar a efeito na região.

Tal como Filipe Cordeiro, Afonso Quental e Gilberto Pacheco, membros do Secretariado da Secção Regional local, também Rui Santos Alves, o coordenador do Pelouro da Formação, participou nas sessões de abertura e de encerramento do curso. E, no final, dirigiu-se aos formandos, para reforçar a ideia que a formação é uma aposta da Direção, claramente ganha até aqui, salien-

tando que ela contribui para a constante valorização profissional dos associados. Aquele dirigente do SBSI abordou ainda alguns dos principais problemas da atualidade sindical – eram então os fundos de pensões e o futuro dos trabalhadores do BPN – concluindo ser fundamental a sindicalização para que o Sindicato tenha mais força na defesa dos associados. ■

## Ministério da Saúde liquidou parte da dívida aos SAMS

Texto: Inês F. Neto

A Administração Central do Sistema de Saúde do Ministério da Saúde (ACSS) liquidou finalmente a verba em falta, relativa a parte do valor correspondente ao 2.º semestre de 2008.

Tal como divulgado anteriormente, o encerramento do processo relativo ao

protocolo estabelecido entre os SAMS do SBSI e o Ministério da Saúde depende ainda da negociação de acordos respeitantes aos beneficiários considerados pelas entidades oficiais para efeito de pagamento aos SAMS da respetiva compensação financeira.

Quanto ao protocolo com a Região Autónoma da Madeira, o processo está fechado, em termos de contagem de beneficiários, pelo que se aguarda o agendamento de reunião para discussão do plano de pagamento aos SAMS. ■





## Futsal

# Santander e Team Foot já comandam

A 36.ª edição do campeonato nacional interbancário de futsal já começou na área de Lisboa, com os jogos da fase de apuramento, com a participação de 13 equipas. Ao cabo das três primeiras jornadas já se nota a supremacia das equipas do Santander e do Team Foot, as finalistas da edição do Sul e Ilhas do ano passado

Texto: Rui Santos



O último fim de semana de Janeiro foi aproveitado para a realização da 2.ª jornada da fase de apuramento da área de Lisboa. Uma ronda que não teve surpresas mas que confirmou a quebra de rendimento de duas equipas – as do Clube GBES e do Softfinança – em relação a anos anteriores. Ao contrário, as equipas do Santander e do Team Foot – as finalistas da

edição anterior – continuam em excelente plano e averbaram já três vitórias nas três jornadas já disputadas.

Estes foram os resultados da 2.ª jornada:

Série A – CA Loures Sintra Litoral-Montepio MSul, 8-5; BCP FootaMill-Softfinança, 5-2 (com quatro golos de Paulo Lima); e Team Foot ActivoBank-BCP Fapoc, 4-3;

Série B – Clube GBES-BCP Magníficos, 3-3 (com três golos de Sérgio Carvalho para os “verdes”); Red Team-Multinhos, 3-2; e GD Santander Totta-Team Cota, 5-0 (com três golos de Ricardo Xavier).

A terceira jornada teve lugar nos dias 3 e 4 e forneceu estes resultados:

Série A – Team Foot ActivoBank-Portugais, 3-0; CA Loures Sintra Litoral-Softfinança, 4-4; e BCP FootaMill-BCP Fapoc, 2-5;

Série B – GD Santander Totta-Multinhos, 6-2 (Ricardo Xavier voltou a fazer três golos); Clube GBES-Team Cota, 2-0; e Red Team-BCP Magníficos, 3-0 (com três golos de Luís Bilro).

Após estas jornadas, as classificações estão assim ordenadas:

Série A – 1.º Team Foot ActivoBank, 9 pontos; 2.º BCP Fapoc e BCP FootaMill, 6; 4.º CA Loures Sintra Litoral, 5; 5.º Softfinança, 4; 6.º Montepio MSul e Portugais, 3;

Série B – 1.º GD Santander Totta e Red Team, 9 pontos; 3.º Clube GBES, 6; 4.º Multinhos, 5; 5.º BCP Magníficos, 4; 6.º Team Cota, 2.

Recorda-se que todos os jogos desta fase de apuramento têm lugar no pavilhão dos Serviços Sociais da CGD, na Boa Hora. Os jogos da Série A têm lugar nas noites de sexta-feira, desde as 19 horas, e os da B nas tardes de sábado, a partir das 15 horas. ■



## Mais de 60 bancários no passeio pedestre à Serra de Sintra



O Pelouro dos Tempos Livres do SBSI organizou mais um passeio pedestre, desta vez pelas encostas da Serra de Sintra. E foram mais de 60 os bancários que participaram nessa excelente atividade física, num dia frio mas muito soalheiro, propício à caminhada que lhes foi proposta

Texto: Rui Santos

Em 14 de janeiro, bem cedo, começou a concentração dos participantes no parque de estacionamento do Convento dos Capuchos. O termómetro marcava oito graus, mas adivinhava-se um dia soalheiro. Os participantes foram chegando, com grande entusiasmo, e muitos conheciam os locais mas nunca se aventuraram a caminhar pelo interior da Serra de Sintra.

A organização fez uma pequena reunião, a anteceder o início da marcha, com entrada no estradão de terra batida, até à barragem do Rio da Mula.

O objetivo da primeira etapa era aquecer os músculos, porque na tirada seguinte havia que enfrentar uma subida de três quilómetros, até à Pedra Amarela.

Valeu a pena o esforço porque, já no topo da montanha e com uma vista de 360º, os participantes puderam observar a imensidão da serra, em contraste com o mar e o estuário do Tejo.

Ainda havia muito para palmilhar e o próximo ponto a conquistar era a Peninha, onde, aproveitando a magnitude que aquele local oferece, houve uma pausa para almoço e para confraternizar, com os entusiastas da fotografia a darem largas à imaginação.

Depois de retemperar forças, foi a entrada num dos locais mais misteriosos da Serra de Sintra, a Floresta Encantada, um local onde o solo e as árvores estão cobertas de uma mes-

ma hera e estas têm a copa muito cerrada, não deixando que o Sol consiga penetrar, nem mesmo nos dias mais quentes do Verão.

Então, já não faltavam muitos quilómetros para concluir o passeio e o grupo manteve-se muito homogêneo e bem ritmado, com o percurso ainda a passar pelo Monge e pelo Memorial do Soldado, um local que também foi cenário para muitas fotografias, atendendo ao simbolismo e à paisagem.

No final, pode concluir-se que a segunda edição dos passeios pedestres do SBSI registou um enorme sucesso entre os participantes e o entusiasmo era tal que, desde logo, foram solicitados mais eventos desta natureza.

A organização do passeio agradece aos participantes mas, também, aos guias Luís Costa, Américo Ferreira, Luís Pessoa, Franklim Sobral, Paulo Cardoso e Humberto Cabral e ao fotógrafo de serviço, António Fonseca, que, com a sua experiência, conduziu o evento na perfeição. ■



Com passeio ao Palácio da Brejoeira

SBN comemora **Dia Internacional da Mulher**

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Para assinalar a efeméride do Dia Internacional da Mulher, em 10 de março, a Direção do SBN, em colaboração com o GRAM, promove um passeio e visita ao Palácio da Brejoeira, em Monção, iniciativa que inclui almoço e tarde dançante, com animação ao vivo. As inscrições são formalizadas nos serviços do Sindicato

O Palácio da Brejoeira, monumento nacional desde 1910, foi mandado construir em 1806, por Luís Pereira Velho de Moscoso fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo no lugar da antiga Quinta do Vale da Rosa, propriedade da família desde longa data. A obra ficou concluída 28 anos mais tarde, já sob a orientação do filho Simão.

O projeto original é atribuído a Carlos Amarante, arquiteto de Braga, que terá

conhecido o primeiro proprietário na altura em que ambos prestavam serviço no Regimento das Milícias. Os trabalhos de construção foram entregues ao mestre Domingos Pereira do Sopo, de Vila Nova de Cerveira, e as pinturas dos salões a um artista de Valença.

Em 1901, a propriedade, em ruínas, foi comprada pelo conselheiro Pedro Maria de Fonseca Araújo, importante comerciante do Porto. Encomendou então a Ventura Terra, um arquiteto de Seixas, grandes obras de restauro e construiu a capela, o teatro e o jardim de inverno, bem como instalou a eletricidade. Procedeu também a um novo arranjo da quinta, sendo daquele período a construção do frondoso bosque, do lago e das grutas, de autoria de Jacinto de Matos, um horticultor do Porto.

Nos anos trinta, o palácio é mais uma vez vendido, tendo sido adquirido pela família da atual residente e acionista maioritária da sociedade anónima que detém o monumento, Hermínia de Oliveira Paes, que reestruturou a propriedade e procedeu à plantação e comercialização do prestigiado vinho da casta do alvarinho Palácio da Brejoeira.

Muito se tem relatado sobre a vida faustosa do palácio. Muitas pessoas que terão sido recebidas naquela moradia relatam uma amável hospitalidade e a presença de ilustres figuras da sociedade portuguesa, como o Duque de Saldanha, Pinho Leal, D. António Alves Martins bispo de Viseu e José Augusto Vieira.

No “Minho Pitoresco”, José Augusto Vieira relata “um jantar num desses dias bem passados”, desvelando o ambiente que então ali se vivia: “nos salões vastos cantou-se, dançou-se e fez-se música. Só quando a noite veio, noite de luar de verão, é que deixamos o palácio”.

Segundo o barbeiro do conselheiro Pedro Araújo, António Sá Vieira, até à década de 1920 muitas foram as festas palacianas e hóspedes ilustres que passaram pelo palácio. Em 1910, D. Afonso de Bragança, irmão do rei D. Carlos, visitou Monção e pernitoou na Brejoeira. A ligação à monarquia custou alguns dissabores àquela família, levando o herdeiro de Pedro Araújo a refugiar-se fora do País. ■

## Troféus do ano desportivo foram entregues



Uma cerimónia realizada no auditório dos SAMS marcou a entrega dos troféus aos primeiros classificados nas modalidades desportivas organizadas pelo SBN no ano transato

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O coordenador do pelouro do desporto, Henrique Rêgo, começou por agradecer aos colaboradores que tornaram possível a realização de todas as provas e felicitou os participantes quer os “mais vencedores, como



Mário Mourão fez uma intervenção de cariz político-sindical

os ‘menos vencedores’ pelo desportismo manifestado, independentemente de terem conseguido ou não lugares nos diversos pódios”.

Coube depois ao Presidente da Direção, Mário Mourão, fazer uma intervenção de cariz político-sindical, tendo oportunidade de passar em revista a situação vivida pelos trabalhadores do setor, de elencar o vasto leque de iniciativas que o SBN tem vindo a desenvolver, para pôr cobro às muitas e va-



Henrique Rêgo felicitou os participantes

riadas acometidas do patronato contra os colaboradores das instituições de crédito, e de garantir que o Sindicato tudo vai continuar a fazer para defender os direitos e os interesses dos associados, para o que serão empreendidas as mais variadas ações que, privilegiando o diálogo com as entidades patronais, não excluem – como tem vindo a acontecer – todas as formas de luta permitidas por lei.

Os prémios foram entregues aos primeiros classificados das modalidades de bowling, futsal, golfe, karting, king, pesca de mar, de alto mar e de rio, snooker, squash, surfcasting, ténis, ténis de mesa, tiro aos pratos e xadrez. ■





## SBN e Trofasénior realizam convívio de carnaval

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O SBN, em parceria com o grupo Trofasénior, realiza um almoço-convívio de carnaval, destinado aos sócios e familiares, em 18 de fevereiro, em Alfena, no Clube Residencial Sénior, com um aliciante programa.

Os autocarros partem às 9h30, junto à Câmara Municipal do Porto – Café Capitólio e, às 10, há uma visita guiada ao museu do carro antigo, seguindo-se uma paragem no miradouro do Alto de São Gens (o ponto mais alto da freguesia de Santiago de Bougado).

Às 12 horas é a partida em direção a Alfena, onde decorrerá uma visita guiada às instalações do Clube Residencial Sénior, sendo depois servido o almoço, que precede uma tarde de convívio e animação, com algumas surpresas para as melhores fantasias de carnaval. Antes do regresso será servido um lanche.

O museu de carros antigos reúne uma coleção de automóveis antigos do seu fundador, um apaixonado pelas quatro rodas, tendo sido os seus filhos a dar continuidade e a cuidar do legado.



Museu do carro antigo, no Porto

Os pequenos Volkswagen “carocha” e o mítico Citroen “2 cavalos” partilham o espaço com verdadeiros ícones do mundo automóvel, como um Pontiac “Firebird” ou um Lancia “Lambda”, considerado a jóia da coleção.

Mas também existem alguns carros com outras histórias, como é o caso de um que foi utilizado pelo Presidente do

Conselho do chamado Estado Novo. Miguel e Pedro Batista são os conservadores do museu, juntamente com a irmã Camila, cuidando assim do espólio deixado pelo pai, que inaugurou o museu em 2003, registando agora 60 carros expostos, sendo o mais antigo um Hanomac de 1916 e o mais valioso um Lancia descapotável. ■

## “À moda do Porto” “Instantâneos”



O Núcleo de Fotografia do SBN, no âmbito do ciclo de exposições subordinadas ao título comum “À moda do Porto”, tem patente, desde o passado dia 1 e até 7 de março, a mostra denominada “Instantâneos”, da autoria de Aires Pereira.

A exposição pode ser visitada todas as quartas e quintas feiras, das 15 às 17h30, na Galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145. ■

## Abandono na terceira idade

TEXTOS: GORETTI SANTOS

A chegada da terceira idade é hoje, em pleno século XXI, um tormento para a maioria dos idosos. A sociedade, que devia ter uma palavra a dizer para quem contribuiu com o seu trabalho e os seus impostos para o desenvolvimento do País, criou-lhes uma falsa esperança com as liberdades alcançadas, substituindo-a por uma mentalidade hipócrita, que obriga a atirar para uma autêntica clausura cidadãos que deram o melhor da sua vida e que têm a consciência do dever cumprido.

A sociedade deve ter, para com estes cidadãos, práticas de solidariedade. Não os pode esquecer, querendo armazenar, como se de lixo se tratasse, o seu passado em lares, ou mesmo deixando que as famílias, pelo seu quotidiano ocupado, abandonem pessoas que, durante parte da vida, foram o suporte da sua existência. Não querendo falar de violência física ou psicológica, que também existe, quero apenas alertar, deixar o recado de uma prevenção saudável e até, pedagógica. Hoje sentimo-nos jovens, de boa saúde. Mas, amanhã, os mesmos pesadelos dos idosos de hoje vão falar por nós. Não somos eternos, somos apenas pessoas comuns, efémeras, independentemente dos atributos ou do estatuto que a sociedade nos queira atribuir. Por tudo isto, pensemos que uma sociedade equilibrada deve ser alicerçada em valores de orgulho presente, para preservar o futuro. ■

## Campanha de sindicalização

# Toda a estrutura sindical no terreno

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Com uma longa história de mais de 76 anos de atividade e de lutas sindicais na defesa dos interesses dos seus associados e dos trabalhadores em geral, o SBC continua a desenvolver uma cultura que tem por base a sindicalização, com vista ao seu crescimento e à fidelização dos seus associados e, assim, assegurar não só a sua viabilidade futura como o reforço das instituições, quer nacionais quer internacionais, onde se encontra filiado.

As nossas responsabilidades são, por isso, muito grandes e estão há muito definidas, pautando-se por visitas regulares a todos os balcões da nossa área sindical, onde sensibilizamos os trabalhadores que ainda não se encontram sindicalizados, ou estando-o nos sindicatos amarelos, são convidados a ingressar num sindicato que privilegia a contratação coletiva e a defesa intransigente dos seus direitos laborais.

A experiência desta prática sindical tem mostrado que os resultados não aparecem de imediato, tratando-se, antes, de um trabalho que tem que ser desenvolvido de uma maneira pragmática e metódica, cujos resultados só podem ser visíveis a médio e longo prazo, nela implicando não só o conjunto dos Corpos Gerentes como a totalidade dos trabalhadores do Sindicato e todos os colegas nos locais de trabalho. Em suma, a sindicalização no SBC já está no topo da nossa agenda, sendo objeto de discussão permanente.



Nesta ordem de ideias, o distrito de Leiria está a ser percorrido lés a lés, balcão a balcão, com o objetivo de contatar não só os nossos associados como também com os de outros sindicatos, a quem fazemos uma exposição e um retrato do que é a realidade do SBC, nomeadamente na sua vertente sindical e na vertente da assistência médica, convidando-os a ingressarem num sindicato democrático, que é detentor de um serviço de saúde, dos melhores do nosso País.

Temos reservado particular atenção ao momento por que estão a passar os colegas da CGD, que têm sido objeto de visitas por parte de toda a estrutura sindical, oferecendo-lhes todo o apoio que, nas circunstâncias atuais, mais carecem, isto é, o nosso apoio jurídico, para a circunstância de quererem levar a tribunal o não pagamento do 13.º mês e do subsídio de férias. Na CGD temos convidado os trabalhadores a inteirarem-se de todas as iniciativas que os sindicatos da Febase têm desenvolvido, com vista a minorar a ofensiva de que os seus trabalhadores estão a ser alvo e que não tem paralelo nos últimos 40 anos.

Também os balcões do BPN têm sido objeto das nossas visitas, com o objetivo

de informar os trabalhadores dos resultados das reuniões havidas com a tutela e a administração do banco e que passam pela integração da totalidade dos trabalhadores do actual BPN nos quadros do BIC e nas empresas veículo já criadas.

Também têm merecido uma atenção especial os colegas que, sendo apenas beneficiários do regime geral dos SAMS, ainda não estão ganhos para se tornarem sócios, elucidando-os que esta sua qualidade (de sócios) é não só um dever de todos os trabalhadores, para assim fortalecerem o seu Sindicato, como daí acrescem os ganhos de se constituírem, *ipso facto*, beneficiários de regime especial.

Cientes que, do ponto de vista sindical, estamos a passar por momentos de grande dificuldade, com a imposição de um pacote de medidas neoliberais, atentatórias da dignidade dos trabalhadores, e cientes de que estas dificuldades passam por toda a Europa e pelo Mundo inteiro, podem os dirigentes do SBC afirmar que, em boa hora, se lançaram nesta ofensiva, pois os resultados têm sido, até aqui, muito bons. E é nesta senda que vão continuar as tarefas da sindicalização, um trabalho que, por muito que queiram e se esforcem, nunca se encontra concluído. ■





Seminário sobre "Transição para a aposentação/reforma: contributos para a adaptação", em junho de 2011

## UGT-Coimbra continua a privilegiar a formação

TEXTO: RICARDO POCINHO

Decorridos que estão dois anos e dois meses desde o seu Congresso Fundador, realizado a 31 de outubro de 2009, a UGT - Coimbra continua, como desde essa data, a apostar na formação, quer dos seus quadros dirigentes quer da sociedade em geral, promovendo a discussão, através de seminários sobre os mais diversos temas.

Naturalmente que o seu sucesso reside no empenho de todos os Sindicatos que compõem a União mas, também, como resultado de parcerias com diversas instituições de ensino superior e unidades de investigação.

Desde o seu primeiro evento, em 25 de março de 2010, o seminário "Mais saúde, melhor trabalho", que decorreu na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, a UGT-Coimbra já realizou mais seis eventos, envolvendo mais

de 30 especialistas em diversas matérias: os jovens, o emprego, a formação, a igualdade de género, a reforma, as condições de trabalho, o sindicalismo e as desigualdades sociais. Todos estes acontecimentos conta-



Carlos Silva no 1.º seminário "Mais saúde, melhor trabalho", em 25 de março de 2010

ram com a presença de figuras da governação nacional, regional e local, sendo que o número de participantes ultrapassou claramente o meio milhar, sendo já uma referência, até para os órgãos de comunicação social.

Nesta senda prepara, para este primeiro semestre, mais duas iniciativas: em março, no dia 29 - para debater "As condições e dignidade no trabalho em tempos de crise" e, em 17 de maio - para avaliar "As respostas sociais para envelhecer na atualidade".

A formação constitui para a UGT-Coimbra um meio de debate, de discussão de ideias e de aprendizagem.

O sindicalismo à "porta fechada" não é o da UGT, a abertura à sociedade por esta via é também uma forma de contribuir para o engrandecimento do papel dos sindicatos e para uma clara demonstração que, hoje mais do que nunca, faz sentido e vale a pena estar sindicalizado. ■

## Evocação da tradicional festa do porco Gandareza

Sob a égide do Secretariado da Secção Sindical de Reformados, o Sindicato dos Bancários do Centro proporcionou aos seus associados a recriação da festa tradicional do porco naquela região, de grandes tradições



TEXTO: SILVINO MADALENO E SEQUEIRA MENDES

Sim, de festa, porque é disso que se trata. As pessoas, convidados e familiares começavam a chegar logo pela manhã, sabendo cada um qual a tarefa que o esperava. Cada família fazia uma matança por ano e nela ainda se comia carne do porco da anterior. Significa isto que a carne - tudo no porco se aproveita - quer fosse salgada, fumada, em enchidos, guardada em banha ou azeite, constituía a base da alimentação da família durante todo o ano.

O porco desempenhou nas comunidades uma função social e cultural, devido aos seus múltiplos aspetos lúdicos, laborais, económicos, gastronómicos e, ainda, à preservação dos laços de parentesco e de vizinhança, até mesmo ao incremento da solidariedade e da cooperação.

Os participantes foram recebidos, logo pela manhã, por um tempo frio e agreste, próprio para aquelas andanças e logo ali "mataram o bicho" com um escaldante café de panela e "beilosos".

Com o bicho já morto e esquartejado, seguem-se, no local da festa, umas postas de bacalhau assado na brasa e comido de pé.



Não há muito que esperar, pois as iguarias do porco propriamente ditas não tardam em chegar e eis que logo começam a sair as febras e miudezas, até que surja o almoço, lá mais para a tarde, já que não há pressas.

Começa a ser servida, então, a primeira refeição sentada, que consta de serrabulho. Com a festa ao rubro, feita de concertinas, bombos, reco-reco e muita alegria, aproveitam os participantes para desgastar algumas calorias acumuladas, preparando-se para o que ainda aí vinha: um monumental cozido da matança, com os respetivos caldos com vinho e, para finalizar, um arroz de pica no chão, para o qual tinham sido "sacrificados" os mais garbosos galos da capoeira.

Enfim, uma festa. A repetir, claro. ■





